

ESPOSENDE

DECANO DOS JORNAIS DO DISTRITO DE BRAGA

FUNDADOR: José da Silva Vieira
 PROPRIETÁRIO: António M. Santos da Cunha
 ADMINISTRADOR: António J. Lima Júnior

DIRECTOR: Padre José Pires Afonso
 EDITOR: José Augusto Borges de Azevedo
 Composto e Impresso: TIP. CASA DOS RAPAZES - VIANA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
 RUA 1.º DE DEZEMBRO
 ESPOSENDE

ESPOSENDE E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pelo Eng. João Maria de Oliveira Martins

IV

Em 1960 residiam no Continente 8.510.799 pessoas, segundo informações, do Instituto Nacional de Estatística, ainda sujeitas a correcções.

No conjunto dos 42 concelhos que tomamos como ambiente natural de comparação para o concelho de Esposende, havia em 1960 1.980.092, o que significa, numa área que é 8,3% da área do continente, existir uma população que é 23% da população continental.

Aproveitando o ensejo para corrigir o que em tempos se disse sobre a filiação administrativa dos concelhos em questão, pode afirmar-se que na área territorial do Entre-Douro e Minho existe a mais elevada concentração populacional do país; é que praticamente o Distrito do Porto com os seus 520 habitantes por km.², o Distrito de Braga com 230, o Distrito de Viana do Castelo com 140 e os concelhos de Mondim de Basto e Ribeira da Pena embora bastante menos densos, conferem-lhe uma densidade populacional de 270 habitantes por km.², ou seja quase três vezes maior que a média geral do país e só excedida pela região de Lisboa, onde o carácter especial da Capital pesa de um modo singular.

É pois num ambiente de forte pressão demográfica, de que os números citados são expressão mais ou menos correcta, que se localiza e vive o nosso concelho.

Em 1960 residiam em Esposende cerca de 25.000 pessoas, o que corresponde a uma densidade que é precisamente a média da região: 270 habitantes por km.².

Significa isto que, na extensão territorial mais populosa do país, existem 3 concelhos no Distrito de Braga (Braga, Guimarães e Famalicão), e 12 no do Porto (cidade do Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Paços de Ferreira e Paredes) num total de 15, mais populosos que o nosso.

Temos assim que enfrentar os problemas derivados de uma concentração demográfica que é das mais intensas do país e

que ocupa, como acabamos de ver, o 16.º lugar no Entre-Douro e Minho.

Uma rápida vista de olhos aos concelhos que propozita-
 (Continua na página 3)

Estiveram em Esposende Escritores e Jornalistas Espanhóis

No passado domingo estiveram em Esposende os jornalistas e escritores da Galiza, membros da Association de la Prensa de Vigo. Da numerosa caravana faziam parte os srs. D. Rey Alar presidente daquela Associação que vinha acompanhado de sua esposa; D. Díez Jácome, subdirector do «Faro de Vigo»; D. Manuel Alvarez Tomé, D. Camilo Veyga e esposa, D. Júlio Siguenza, membro da Real Academia Galega e, acompanhado de sua esposa e filha, D. Benedito Conde e D. Cesário Saenz Uriondo, vogais da Associação e ainda o escritor D. Celso Cuña, esposa e filho, e ainda as seguintes entidades que os aguardaram em Viana do Castelo: Dr. Carlos Vale, dr. Vieira de Lemos, Hugo Rocha, Gomes da Costa e Basílio Dias, em representação da Associação dos Jornalistas

Tenente-Coronel LAURO DE BARROS LIMA

Há um ano que o sr. Tenente Coronel Lauro de Barros Lima, Ilustre Esposendense, exerce com geral agrado e inextinguível zelo, o cargo de Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

Na passagem do 1.º Aniversário da sua posse, apresentamos ao Ex.º Amigo as nossas felicitações e votos de que aos seus dotes excepcionais de trabalho e inteligência possa o concelho da Póvoa de Varzim merecer muito do seu Progresso e Grandeza.

O Presidente da Câmara Municipal de Fafe FOI RECONDUZIDO

A laboriosa e progressiva Vila de Fafe e o seu concelho viveram no passado dia 21 de Fevereiro momentos de grande euforia, quando em testemunho de satisfação geral, foi saudar o sr. Prof. Manuel Cardoso, pela sua recondução na Presidência da Câmara Municipal.

Se a recondução é prova evidente da confiança do Governo na acção do Presidente do Município Fafense, sem dúvida que a manifestação de que o sr. Prof. Manuel Cardoso foi alvo, é testemunho da muita consideração e confiança que o

(Continua na página 3)

Rumo ao Futuro

Toda esta matéria, porém, precisa de ser revista, pois é certo que nem o crédito, apesar de muitas serem as suas fontes, é suficiente, nem o mecanismo de concessão está satisfatoriamente organizado, nem a lavoura deverá, por sistema, receber subsídios que só uma situação de crise grave pode justificar.

Em matéria de Seguro Agrícola direi somente que tudo precisará de ser revisto e refeito desde a base.

8 — Investigação e Experimentação — Assistência Técnica — Vulgarização ou Extensão Agrícola e Formação Profissional

Já se disse, em breve apontamento, que as nossas explorações agrícolas são profissionalmente mal geridas.

Esse breve apontamento sintetiza, no entanto, tudo quanto se poderia dizer, em momento mais próprio, sobre o nível geral de instrução da gente dos meios rurais, sobre as carências específicas do ensino agrícola e, em suma, sobre a mentalidade dos nossos agricultores.

Há, neste domínio, um vasto mar de dificuldades a vencer, pois enquanto a gente dos nossos campos não estiver preparada, graças à prévia criação de um espírito capaz de receber os ensinamentos da técnica — entendendo-os e adaptando-os — continuará a deparar-se com um profundo fosso entre os domínios da investigação e experimentação, em que os técnicos agrários portugueses atingem indiscutível brilho, e o campo da divulgação agrícola em que tão magros são os resultados alcançados.

É evidente que uma massa camponesa que não leia, não ouça rádio nem assista aos programas da televisão e que, talvez por isso mesmo, desconfia da técnica e dos técnicos, não pode aproveitar-se grandemente dos esforços que os Serviços tendem fazer para lhe melhorar a condição.

Ministro de Estado

Por via aérea partiu no princípio da semana para Genebra o sr. Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, ministro de Estado Adjunto à Presidência do Conselho. Naquela cidade, Sua Excelência, em representação de Portugal, tratou de assuntos referentes à Associação Europeia do Comércio Livre (E. F. T. A.), e em Paris por onde passou, de assuntos relativos às questões portuguesas na O. E. C. D.

Mas nem por isso, enquanto aguardamos que vão produzindo os seus frutos os esforços já feitos e em curso com vista a preparar o campo para receber os técnicos, se deixará de aproveitar integralmente todos os meios disponíveis.

É bem possível que algumas modificações devam ser introduzidas nos métodos de assistência técnica. O assunto merece reflexão mas encara-se a possibilidade de, no âmbito da execução de projectos regionais de recuperação ou valorização sócio-agrária, se promover uma concentração de meios em zonas menos evoluídas e previamente delimitadas, por forma a generalizar e fixar práticas agrícolas mais convenientes e a elevar com rapidez os índices de produtividade. A assistência técnica abandonaria assim um certo carácter passivo ou estático, de que não tem podido libertar-se inteiramente para, com renovado dinamismo, dar cobertura total a regiões que devam beneficiar de uma acção mais intensa e directa.

Por outro lado, ter-se-á agora muito especialmente em conta a necessidade de orientar a nossa lavoura em matéria de gestão da empresa agrícola. A agricultura é uma actividade que hoje, mais do que nunca, embora menos do que num futuro próximo, estará sujeita ao choque implacável de duras leis económicas.

É por isso necessário consciencializá-la da sua situação real presente e futura, das perspectivas da oferta e da procura em mercados internos e exteriores, das bases económicas em que se processa a actividade agrícola e em que, conseqüentemente, se fixa o nível de rendimento do agricultor.

Foram já criados os primeiros centros de gestão cuja acção será consideravelmente ampliada: intensificar-se-á, nos mais diversos ramos da actividade agrícola, a formação profissional do trabalhador rural, multiplicando-se os cursos que com tanto êxito têm sido organizados. Mas entretanto espera-se que, como é fundamental, o ensino agrícola seja reestruturado e dilatado — não no sentido da formação de contemplativos ou melancólicos aspirantes a um emprego nos serviços públicos, mas sim da preparação cuidadosa de válidos elementos de uma classe activa de agricultores esclarecidos.

9 — Abastecimento de Água às Populações Rurais — Ligações Rodoviárias — Electrificação e Habitat Rural

No plano de Fomento foram inscritos, para fazer face aos encargos de abastecimento de água às populações rurais e para dotar de ligação por estrada as localidades ainda isoladas, verbas que

(Continua na página 4)

PELA VILA

Vida Desportiva

Campeonato Regional da 2.ª Divisão da A. F. de Braga

TADIM, 2 FAO, 2

Jogo realizado em Tadim (Braga) tendo arbitrado António Mota e auxiliado por Custódio Saraiva e Gabriel Costa.

Fão alinhou: Lauro; José, Carlos e Eduardo; Santos e Monte; Miro, Torres, Tito, Valdemar e Júlio.

A partida foi bem disputada e da melhor maneira, porque o Fão cedo começou a desenvolver o seu jogo sempre rendilhado e sem complicações. A falta de remate dos avançados fez-se sentir por haver inúmeras situações para marcar que não foram aproveitadas.

O Tadim, grupo estreante nesta prova tem dado provas de que não é tão fraco como podia supor-se. O seu ponto fraco é o guarda-redes, facto certamente para os resultados até agora realizados.

Empenhado em dar boa réplica a um adversário consciente do seu valor, conseguiu marcar primeiro e aos 20 minutos de jogo.

A bola foi recebida da linha média tendo o interior direito rematado à vontade para fazer o 1.º tento da partida.

Fão não acusou o golo sofrido continuando a empenhar-se para conseguir o empate, que surgiu ao cabo de 30 minutos desta 1.ª parte. Valdemar fintou dois adversários ficando isolado em frente da baliza de Tadim. O remate saiu frouxo e desageitado, conseguindo no entanto marcar o tento. O guarda-redes ficou na baliza e deixou escapar a bola por entre as pernas. Fora um brinde do Tadim, porque Fão até ao momento era a melhor equipa no terreno e merecia outro resultado.

A 5 minutos do fim da 1.ª parte e quanto Tito disparou um remate à baliza deserta, esta foi ainda defendida por um defesa de Tadim tendo evitado o golo com as mãos. Assinalada a grande penalidade esta foi marcada por Torres, cujo remate embateu na trave, perdendo-se assim mais uma oportunidade de passar a vencedor.

Na segunda parte e conforme era de esperar o club de Fão continuou a fazer o seu jogo contra um adversário aturdido dos fracassos da partida, e a procurar o golo para garantia de uma vitória. No contra-ataque veio o almejado tento e aos 16 minutos desta 2.ª parte. Tadim em vencedor esforçou-se por manter o resultado. Fão nesta altura de jogo começou a imprimir mais vontade porque o resultado de 2—1 desfavorável não lhe satisfazia. A defesa adversária recuou para a grande área não sendo contudo suficiente para aguentar o ímpeto dos fangueiros.

Foi anulado um golo ao Fão aos 25 minutos por indicação do fiscal de linha Custódio Saraiva, (o mesmo de Vila Verde) mas não vimos motivo que desse lugar à anulação do tento obtido, porque Valdemar esgueirando-se per entre dois defesas isolou-se fazendo o golo. Mesmo assim não desanimou a equipa fangueira e Miro faliu espectacularmente um golo inevitável quando em presença da baliza deserta atirou para fora. Estava o jogo com 35 minutos decorridos.

O encontro aproximava-se do fim e Fão a perder. Não era o resultado mais justo, mas se não meterem as bolas na baliza também não se pode sair vencedor. Dominou abertamente e sem resultado. O golo do empate surgiu finalmente aos 38 minutos depois da defesa e interiores levarem a bola até ao campo adversário com

passes bem medidos até que Torres apanhando a bola atirou para a baliza. A bola embateu na defesa de Tadim indo mesmo assim parar ao fundo da baliza. Estabelecido o empate todo o grupo de Tadim se meteu na grande área, dificultando a acção dos avançados fangueiros.

O encontro terminara e com ele a esperança de uma vitória, tão preciosa para as aspirações do club. Os extremos não deram o rendimento desejado, mas isso já não é de agora. Não há outros? Experimentem.

Destacamos no grupo de Fão: Carlos, Santos, Tito e Valdemar. A arbitragem foi excelente, marcando pela autoridade no julgamento das faltas.

Outros resultados: Prado 2—Vizela 2; Amares 1—Campelos 4.

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	F	C	P
Vizela	6	5	1	0	23	10	17
Vilaverdense	6	3	1	2	18	13	13
Fão	6	2	2	2	12	12	12
Campelos	6	3	0	3	14	12	12
Prado	6	1	4	1	13	11	12
Tadim	6	1	3	2	11	15	11
Amares	6	0	1	5	6	24	7

Domingo inicia-se a 2.ª volta, recebendo Fão o guia da classificação e o possível vencedor da prova. Esperamos ver uma boa partida de futebol e arriscamos a dizer que Vizela talvez quebre em Fão a invencibilidade que tem gosado até ao momento da competição. Os outros encontros: Prado—Campelos; Vilaverdense—Tadim.

CAMPEONATO NACIONAL DA III DIVISÃO

RESULTADOS DA 6.ª JORNADA

Famalicão	3—	Mirandela	0
Chaves	1—	Monção	2
Freamunde	0—	Gil Vicente	1
Bragança	0—	B. Latino	1

Cem por cento vitoriosa esta jornada para os grupos minhotos, com realce para o Gil Vicente e Monção que foram triunfar fora, em campos onde poucos teriam previsto a vitória. Se ao Gil Vicente não faltavam possibilidades por ser equipe mais desenvolvida, a verdade é que o triunfo, merecido, foi consolador e alcançado com força de vontade e grande oposição como o próprio resultado traduz. Já o Monção arrancou uma excelente vitória em Chaves e ela é tanto mais de realçar que sendo o seu adversário um dos pretendentes à qualificação não pôde apesar de vencer no primeiro tempo por 1—0, aguentar o ímpeto e o entusiasmo dos atletas do Alto Minho. O Famalicão goleou normalmente o Mirandela e de notar ainda o primeiro triunfo do B. Latino e conseguido em campo alheio.

Com estes resultados os grupos da A. F. de Braga ocupam merecidamente as três primeiras posições e a luta entre eles deve ser emotiva.

A próxima jornada, última da 1.ª volta tem os seguintes encontros:

Monção	—	Famalicão
Gil Vicente	—	Bragança
Mirandela	—	Freamunde
B. Latino	—	Chaves

O grande jogo é o de Monção. Conseguirá o Famalicão manter a invencibilidade? Não acreditamos, tanto mais que o Monção está moralizado e a fazer tal como o seu adversário, uma prova regularíssima. A igualdade não é

Vida Religiosa

Reunião de Catequistas

No dia dezoito do transacto mês de Fevereiro, realizou-se nesta vila e no seu lugar escolhido, a reunião trimestral dos catequistas das 7 freguesias mais próximas deste centro. Três são os centros, Esposende com Marinhas, Mar, Palmeira, Curvos, Gandra, e Gemeses e o segundo Antas com Belinho, Forjães e Vila Chã e o terceiro Fão com Rio-Tinto, Fonte Boa e Apúlia. No primeiro centro reuniram-se aproximadamente uns 125. Estas reuniões têm vista o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, como resoluções de dificuldades, meios de atracção das crianças e também uma espécie de apostolado junto dos pais para os levar a uma melhor compreensão dos seus grandes deveres neste sentido. Nesta reunião tratou o Rev.º Pároco de Gemeses das qualidades do catequista, que resumiu em cinco palavras: Sensatez, Entusiasmo, Perseverança, Pontualidade e Constância.

No fim correu entre todos um pequenino cofre onde cada um dos que quiseram, lançaram um papelinho com as dúvidas ou perguntas que lhes interessavam.

Por último o hino da catequese, o dia 20 de Maio para a outra reunião e terminou pelo Terço e Bênção.

Notou-se a boa vontade e o bom desejo de a estas reuniões ninguém faltar pelos bons resultados que delas se tiram.

BAPTIZADO

No penúltimo domingo de Fevereiro, foi baptizado na Igreja Matriz o primogénito do nosso Editor, Prof. José A. Borges de Azevedo e de sua Esposa, D. Maria Madalena F. Ferreira Borges de Azevedo. O neófito recebeu o nome de José António e foram padrinhos seu avô materno, sr. António José Ferreira e a sr.ª prof.ª D. Laura Seara Borges de Azevedo.

ANIVERSÁRIOS

Fazem anos:

Dia 4 — Sr.ª D. Maria Amélia Ferreira Areia.

Dia 5 — Sr. Augusto Gonçalves Marques.

Dia 6 — Sr.ª Dr.ª D. Rosette de Anciães Azevedo Monteiro Torres e menino Luís Artur Soares Ferreira.

Dia 7 — Sr.ª Prof.ª Estagiária D. Isabel Maria Beirão Nunes Gonçalves.

Dia 8 — Sr. Eurico Dias Sousa Retto, em Lisboa.

Dia 9 — Menino José Carlos Viana de Barros Lima, em Lisboa.

Parabéns e Felicidades.

de desprezar, mas só serve o Famalicão.

Os barcelenses têm tarefa fácil e nos outros encontros os visitados devem ganhar.

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	F	C	P
Famalicão	6	5	1	0	26	6	11
Monção	6	4	1	1	14	8	9
Gil Vicente	6	3	2	1	13	7	8
Freamunde	6	4	0	2	10	8	8
Chaves	6	2	1	3	8	6	5
Mirandela	6	1	1	4	7	26	3
Bragança	6	0	2	4	6	12	2
B. Latino	6	1	0	5	6	17	2



Traços de Luz...

Fazei que eu veja!

(Ev. S. LUCAS, 18-41)

(Do Evangelho da Quinquagésima)

Os cegos de Jericó andam por esse mundo de Cristo. Assentados nas sombras fechadas do seu caminhar sem sentido, vão-se esfalfando como quem apalpa a felicidade por meio de trevas espessas. São cegos que passam aos encontros da verdade, completamente caídos numa obsessão pessimista, sem verem a luz intensa, que os incomoda por vezes.

Bartimeu (assim era conhecido o miraculado do Evangelho) saiu fora da cidade para gritar a Jesus a cura da própria cegueira.

Embora as multidões egoistas rumorejassem em volta, o cego sentiu que as escamas, que lhe vedavam conhecer o Messias, caíam a seus pés. O seu clamor ecoava no Coração de Jesus. Podia já ver a Luz do Mundo!

Mas os «Bartimeus» do século 20 quão diferentes são desse pobre cego palestinese.

Sentem-se cegos, sem ver definidamente o caminho, a verdade, mas nem por isso se dispõem a sair fora do seu egoísmo, a saltar a muro das suas preocupações e sensuiedades; ficam-se alheados numa indiferença total. Por certo que nunca lhes foi dado ver uma nesga sequer dessa Luz que vem de Deus, ou deixaram morrer na alma a chama débil da Fé, que deles pessoalmente não pode receber um incremento directo.

À sua volta cresce o respeito humano, vozeando sarcasmos, e ruge a paixão a enraizar-se desde a juventude na própria vida.

O homem, dentro deste mundo cheio de escamas purulentas de vícios e deserções, não tem coragem de soltar o grito do cego: fazei que eu veja!

E, entretanto, para que o mundo seja outro, importa que todos sintamos esta ânsia de ver, de entrar em contacto com a Luz que é Deus; é urgente que no verdadeiro caminho sejamos orientados pela Igreja até vermos essa Luz — a verdade!

"SOFIR" -- SOCIEDADE DE TURISMO DE OFIR -- S. A. R. L.

Assembleia Geral Ordinária

De harmonia com a Lei e os Estatutos, convoco os senhores Accionistas para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, na Rua do Alecrim, 33-2.º, em Lisboa, no dia 20 de Março de 1962, pelas 18 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal respeitantes ao exercício de 1961 e preenchimento das vagas nos Corpos Gerentes.

Ofir, 28 de Fevereiro de 1962.

SOFIR

SOCIEDADE DE TURISMO DE OFIR—S. A. R. L.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Dr. João Lima Amaral Marques

Dr. Vitor Manuel Leite da Costa

Dr. José Alves de Miranda

Reassumiu as funções de Conservador interino das Conservatórias dos Registos Civil, Predial e Comercial deste concelho, este nosso estimado amigo, que tinha sido chamado a cumprir Deveres Militares ao serviço da Pátria.

Foi muito bem recebido o seu regresso, atenta a bondade do seu coração e grande inteligência, por todos os habitantes da Vila e concelho.

«O Esposendense» saúda Sua Excelência, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do seu cargo.

Depois de alguns meses entre nós, no desempenho das funções vagas pela ausência do sr. dr. Vitor Manuel Leite da Costa, regressou a Monção este nosso Amigo, onde permanecerá como Conservador do Registo Civil.

Durante a sua permanência entre nós grangeou as maiores simpatias. «O Esposendense» que o conta entre os seus amigos deseja-lhe as maiores felicidades nas terras do Alto Minho.

Reunião Ordinária de 20 de Fevereiro de 1962 da Câmara Municipal de Esposende

—Do Governo Civil do Distrito de Braga.

Devidamente aprovado, por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, envia um exemplar do Plano Definitivo de Melhoramentos Urbanos relativo a este concelho, para o corrente ano, chamando a atenção para as instruções já transmitidas quanto à entrega dos projectos.

Inteirada, devendo porém chamar-se a atenção do Excelentíssimo Director de Urbanização de Braga, para o facto de não ter sido incluída qualquer verba para a Avenida Marginal, pedindo-se-lhe o obséquio de providenciar no sentido de ser remediado tal lapso.

—Do Provedor do Hospital-Asilo de S. João de Deus, da freguesia de Fão.

Envia a conta das despesas com o tratamento de doentes internados naquele hospital, referente ao 4.º trimestre do corrente ano, na importância de 3.031\$00.

PAGUE-SE.

FORAM DEFERIDOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

De Manuel Albino Ribeiro Coutinho, da freguesia de Belinho; Manuel Gonçalves Calheiros, da freguesia de Marinhas; Afonso da Rosa Ferreira, de Esposende; António Augusto Loureiro, de Esposende; José Francisco do Cruzeiro, da freguesia de Belinho; Agostinho da Rua Reis, de Esposende; Ana Martins Gaiolas, da freguesia de Palmeira; José Alves da Cruz, da freguesia de Antas; Joaquim da Silva Garrido, da freguesia de Gemeses; Manuel Quintas de Carvalho, da freguesia de Forjães; Conferência de São Vicente de Paulo, da freguesia de Forjães; Joaquim Torres de Carvalho, da freguesia de Antas; Armando Viana de Meira Torres, da freguesia de Antas; Francisco Rodrigues Nascimento, da freguesia de Marinhas; António Gonçalves Ferreira da Silva, de Esposende; António Cardoso Martins Sapateiro, da freguesia de Mar; Delfino Martins Maranhão, da freguesia de Mar; José da Silva Couto, da freguesia de Vila Chã; Augusto Rodrigues da Silva, da freguesia de Forjães; Virginia Alves Pontes, da freguesia de Apúlia; José Martins Cepa, da freguesia de Mar; Carlos da Costa Cruz, da freguesia de Antas; Manuel Fernandes da Costa Lima, da cidade de Barcelos; Francisco Fernandes da Fonte, da freguesia de Apúlia; Manuel Martins Gonçalves Torres, da freguesia de Apúlia; Eugénio Rodrigues Ferreira, da freguesia de Marinhas; António Gonçalves Viana, da freguesia de Antas; Maria do Carmo Mor-

gado, da freguesia de Mar; Padre José da Costa Freitas, da freguesia de Forjães; Joaquim Correia de Macedo, de Esposende; Lemos, Ferreira & C.ª, Limitada, de Esposende.

DEFERIDOS.

PROCESSOS DE INTERNAMENTO DE DOENTES

Foram presentes os processos de internamento dos doentes: Maria Irene Rolo, da freguesia de Antas; Olivia Martins, da freguesia de Belinho; Maria das Dores da Silva Taveira, Belmira do Sacramento Narcisa e António José Cardoso Sousa, todos de Esposende; António José de Faria, Maria dos Anjos, Miguel Horácio Pereira, Júlia Ferreira de Campos e Joaquim Vieira Barbosa, todos da freguesia de Fão; Maria Bernardete Fernandes Cachada, da freguesia de Forjães; Maria de Lourdes Gonçalves Ferreira, Alzira da Conceição Gonçalves Calheiros e Guilhermina Olinda Mendes Ferreira Miranda, todos da freguesia de Marinhas. Têm junto parecer da Comissão Municipal de Assistência segundo o qual todos os doentes devem ser inscritos no escalão A.

DEFERIDOS.

DECLARAÇÕES DE PAGAMENTO A EMPREITEIROS

Foram presentes as declarações de pagamento passadas a favor dos empreiteiros António Fernandes Ribeiro, da freguesia de Marinhas; António Machado Solinho, da freguesia de Fão; Porfírio Pereira Barreto, de Milhazes — Barcelos; e António Machado Solinho, da freguesia de Fão, respectivamente, das importâncias de 9.574\$00, 10.069\$00, 10.200\$00 e 1.920\$00, relativas às obras: «Arranjo do Largo Rodrigues Sampaio, em Esposende», «Beneficiação de fontes públicas no concelho», «Reparação e beneficiação da E. M. n.º 551 (lanço entre a E. M. 550 e a Estrada Nacional n.º 103-1) — 2.ª fase» e «Restauro e adaptação do Quartel da Guarda Nacional Republicana em Esposende».

PAGUEM-SE.

CONSTRUÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO N.º 13 (GEMESSES DE CIMA)

Foi presente o ofício número 96, proc.º n.º 7/62, de 14 do corrente, do Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Esposende, comunicando que foi adjudicada, pela importância de 13.545\$00, ao empreiteiro António Machado Solinho, da freguesia de Fão, a construção do posto de transformação n.º 13 de Gemeses de Cima, adjudicação que foi tomada em sua reunião de 13 do corrente e que é sub-

O Presidente da Câmara Municipal de Fafe foi reconduzido

(Continuação da página 1)

povo de Fafe tem no seu Presidente. E na realidade a obra de valorização progressiva daquele concelho está em pleno desenvolvimento, e se muitas são as realizações, outras se aguardam de quem, tendo feito uma obra notável, se mostra insatisfeito. Saudamos o prestigioso Presidente da Câmara de Fafe sr. Prof. Manuel Cardoso que, dirigindo-se às entidades que o foram cumprimentar, teve palavras de mais alto significado político e concelhio. Saliémos: — «Na hora mais grave da nossa História, não devemos abandonar posições de combate nem rejeitar sacrifícios». A terminar dirigiu um apelo a todos os presentes e a todos os munícipes no sentido de que esqueçam ressentimentos e pequenas questões que podem dividir; precisa o concelho de Fafe de todos os fafenses unidos à volta da sua bandeira, e todos os municípios unidos à volta da bandeira da Pátria.

metida à reunião da Câmara para efeito de aprovação. Aprovada, ficando o Presidente autorizado a outorgar e assinar o respectivo contracto.

ABRIGO DE PESCA

Foram presentes 3 propostas para vedação do jardim anexo ao Abrigo de Pesca, sendo uma de António Alves Ribeiro e outra de Pompeu Afonso, ambas de 850\$, e uma de José Alves Lopes, da importância de 815\$00. Adjudicou-se a José Alves Lopes pela quantia de 815\$, por ser a proposta mais vantajosa.

CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DOS BARCOS DE PASSAGEM DE GEMESSES DE CIMA PARA O CAIS DE RIO TINTO

Tendo-se procedido à arrematação da concessão de exclusivo da exploração, pelo prazo de 5 anos, do serviço público dos barcos de passagem no Rio Cávado, de Gemeses de Cima para o Cais de Rio Tinto, de conformidade com o respectivo caderno de encargos e programa de concurso, verificou-se que foi apresentada uma única proposta de Alexandrino Martins Alves, casado, jornalista, do lugar do Souto, da freguesia de Gemeses, da importância de 220\$00 por cada ano de concessão.

«A Câmara deliberou adjudicar a referida concessão a Alexandrino Martins Alves, pela importância constante da sua proposta.

Mais deliberou a Câmara autorizar o Sr. Presidente para, em sua representação, assinar e outorgar na respectiva escritura».

Foram autorizados diversos pagamentos na importância de 52.570\$50.

PELO CONCELHO

BELINHO

Aniversário da morte do Poeta Correia de Oliveira — A Junta de Freguesia desta freguesia mandou celebrar uma missa, no dia 20 de Fevereiro, segundo aniversário do passamento do Grande Poeta da Casa de Belinho, sr. dr. António Correia de Oliveira. Foi celebrante do piedoso acto o Rev.º Sr. Abade P.e Manuel Rodrigues, que no fim orou com os assistentes, pelo eterno descanso, daquele que foi, uma das maiores glórias das Letras Pátrias.

Banda de Belinho — O Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende, sr. António José da Costa Leme, quando no dia 11 do passado mês visitou esta freguesia teve palavras de elogiosa referência para a Banda de Música de que é digno Regente o sr. Luécio Gonçalves Marques. Pena foi que esta não se apresentasse fardada e na sua totalidade.

Obras — Prosseguem lentamente os trabalhos de corte do novo caminho vicinal, que do adro da nossa Igreja segue para o norte, para se juntar com o caminho da vizinha freguesia de Antas, em frente da antiga Casa do Póço. Seria bom que o sr. empreiteiro contratasse mais pessoal, a fim de não causar sérios embaraços aos lavradores na época das sementeiras do milho que se avizinha.

FAO

Cerimónias da Santa Missão — Começaram no passado domingo as cerimónias da Santa Missão que está a correr entre nós e que é dirigida pelo Padre António Men-

des da Rocha, Superior dos Padres Redentoristas do Porto. No domingo houve missa campal, seguida da recepção aos Missionários e a procissão com a imagem do Sagrado Coração de Jesus.

Compareceu uma grande multidão que com invulgar entusiasmo acompanhou a maravilhosa imagem, com cânticos fervorosos.

As cerimónias continuarão por mais uma semana e diariamente tem sido enorme a afluência de povo, quer da parte da manhã quer à tarde.

Associação dos Bombeiros Voluntários — O apelo feito pela Direcção desta Benemérita Instituição a todos os fanzenses e amigos de Fão para contribuírem para o custeio das obras do novo quartel tem tido o melhor acolhimento a julgar pela resposta dada por algumas pessoas que receberam as circulares enviadas e que já ofereceram as importâncias cuja relação damos a seguir:

Manuel Gomes Soares, 100\$00; Silvestre Pires, 100\$00; Domingos Mendes Fernandes, 500\$00; Joaquim de Oliveira Teixeira, 500\$00; D. Alice de Oliveira Teixeira, 100\$00; D. Luísa de Oliveira Teixeira, 100\$00; D. Emília de Oliveira Teixeira, 100\$00; Alfredo Teixeira, 100\$00; D. Alice Campos Morais, 2.000\$00; Anónima, 100\$00; Comandante Augusto José Teixeira, 500\$00; José da Mata, 500\$00; Manuel Pinheiro Borda, 500\$00; Comandante António Carlos Esteves, 200\$00; José Mariz, 100\$00; Manuel Rodrigues Mota, 500\$00; Alvaro Valentim, 200\$00; António Borda, 200\$00; Dr. José André Novais, 1.000\$00; Padre Avelino Pinheiro Borda e irmãs, 500\$00.

NASCIMENTO

No passado dia 25 de Fevereiro, deu à luz com a maior felicidade uma robusta criança do sexo masculino a Ex.ª Sr.ª D. Maria da Conceição Prata Dias Guimarães de Oliveira Areia, Esposa muito querida do nosso Amigo sr. Capitão António Ferreira Rodrigues de Areia, a prestar serviço militar na Guiné Portuguesa. Muitos parabéns e felicidades aos felizes pais e bebé.

Farmácias de Serviço

Serviço permanente

DOMINGO

Farmácia Monteiro

SERVIÇO NOCTURNO

HOJE, 2.ª, 4.ª e 6.ª - FEIRA

Farmácia Gomes

3.ª e 5.ª - FEIRA

Farmácia Monteiro

Tipografia Vieira

de A. Vieira

Trabalhos Gráficos em todos os géneros

Telef. 89238

R. Padre Alaiq, 3

F A O

Visado pela Comissão de Censura

RUMO AO FUTURO CONSELHO MUNICIPAL

(Continuação da página 1)

totalizam quase um milhão e duzentos mil contos.

Houve alguns atrasos na execução desses empreendimentos, menos por carência de meios financeiros do que por dificuldades de ordem técnica que não foi possível superar rapidamente.

Parece seguro que não haverá novos atrasos na execução de melhoramentos que constituindo verdadeiras infra-estruturas económico-sociais do sector agrícola estão na base de um progresso humano que o Governo se propõe acelerar.

O mesmo se diga da electrificação rural. As realizações, neste domínio, não têm alcançado o volume correspondente às intenções do Governo. Creio porém poder afirmar que vai dar-se um vigoroso impulso ao empreendimento da electrificação. As populações dos nossos campos reclamam-na e esse benefício é-lhes devido.

Mais delicado é o problema da habitação rural. É sabido que a Junta de Colonização Interna alguma acção tem desenvolvido para o resolver. Impõe-se porém intensificá-la e em matéria de tanta monta, que dela dependem as condições de existência e portanto o nível de vida dos nossos agricultores, a Secretaria de Estado da Agricultura espera, em ligação com outros Ministérios, promover uma campanha de valorização da habitação rural por forma a aproximá-la do padrão geral de alojamento da população nacional.

10 — Armazenagem e Transformação dos Produtos Agrícolas

A reduzida elasticidade da procura de alguns produtos agrícolas num mercado interno de pequena dimensão conduz a que um magro aumento da produção, com a consequente saturação imediata do mercado provoque um desproporcionado aviltamento de preços — por forma que ao apontado acréscimo da produção acaba por corresponder uma diminuição do rendimento... É o bem conhecido efeito de King a jogar, no sector da agricultura, com inexcedível violência.

Por isso, e considerando as dificuldades de exportação, a preço remunerador, de certos géneros cujo custo de produção, fortemente variável da região, é em média muito alto em face das cotações internacionais, há que tentar manter permanentemente ajustado o volume da oferta ao da procura interna, corrigido o desequilíbrio resultante das inevitáveis oscilações da produção em face de um consumo bastante rígido, mediante um reforço da capacidade de armazenagem. Só assim a nossa lavoura, organizada e convenientemente financiada, estará em condições de abastecer com regularidade e a um preço estável o mercado interno, e de aproveitar a fundo todas as oportunidades que a conjuntura internacional lhe forneça de escoar lotes substanciais e de qualidade homogênea de um produto agrícola exportável a preços de concorrência internacional, tornados possíveis graças à utilização de fundos de compensação constituídos exactamente para prevenir situações dessa natureza ou análogas.

O País sabe bem o muito que se tem feito no que respeita ao armazenamento de cereais, vinho e azeite. O esforço continuará, porém, diversificado e intensificado ao máximo, como vai ser mediante um integral aproveitamento de todos os meios disponíveis.

O caso de transformação dos produtos agrícolas justificaria aqui considerações só comportáveis nos limites de uma conferência, que possivelmente ainda virei a proferir um dia, para marcar com clareza, a este respeito posições que importa ter presentes.

Entretanto terá cabimento acentuar que ao falar em transformação dos produtos agrícolas estou a pensar, naturalmente, numa agricultura organizada cooperativa-

mente, que não precise de solicitar condições de excepcional favor estadual para se aguentar no domínio da transformação dos seus produtos, nem se socorrer sistematicamente e quase integralmente de crédito de instituições oficiais para montar unidades modernas e bem dimensionadas — pois só estas têm cabimento nos quadros da moderna economia.

Entendo, por outro lado, que a agricultura tem um indiscutível direito preferencial, quando possa satisfazer as legítimas exigências dilatadas pelo interesse geral, de proceder à transformação e venda dos seus produtos, pois só assim lhe é dado participar no valor normalmente considerável ajuntado aos produtos agrícolas ao longo da cadeia de operações económicas a que são sujeitos desde o campo de produção até à casa do consumidor.

11 — Racionalização da Comercialização

As precedentes palavras conduziram-me, naturalmente ao problema da comercialização dos produtos agrícolas.

É bem sabido que a lavoura se esfalca para produzir e mais se cansa para vender, normalmente por baixo preço, géneros que o consumidor acaba por comprar caro. Isto significa que, vítima de uma teia de intermediários quantas vezes perfeitamente dispensáveis, a lavoura não recolhe a parte que justamente lhe deverá caber do preço final do produto.

A resposta para este problema está, como é hoje geralmente sabido, na organização da produção em bases cooperativas.

Não me sendo, como não é, consentido expor aqui o mundo de coisas que noutra oportunidade se imporá explanar, acrescentarei apenas, como demonstração primeira de interesse que o assunto merece à Secretaria de Estado da Agricultura que está em curso, tal como de resto eu já havia anunciado há alguns meses, a reelaboração do ordenamento jurídico do cooperativismo agrícola, que se rege por normas sedicidas que não constituem satisfatória base doutrinária e legal para o magno esforço que neste capítulo da organização da produção se espera começar imediatamente a desenvolver em larga escala.

12 — Racionalização da Produção

O que se tem em vista, ao falar-se aqui em racionalização da produção, respeita, antes de mais, à selecção das aptidões específicas do nosso território, por forma a consagrarmos-nos, fundamentalmente, à produção dos géneros para que condições naturais ou outras, mais ou menos permanentes, nos favorecem especialmente permitindo produzir melhor, mais oportunamente, mais perto do consumidor ou a mais baixo custo. Falar em racionalização da produção implica, pois, aludir à expansão selectiva da produção, assente na introdução de novas especulações produtivas e na ampliação de outras com sacrifício daquelas que as qualidades do nosso solo ou clima contraindicam.

A título de mero exemplo direi que, a par da introdução de novas culturas que as circunstâncias venham a permitir — e espera-se que permitirão; a par da ampliação de várias culturas horto-industriais e da intensificação da produção de sementes forraginosas e de flores, para que temos reconhecida aptidão e que tão boa aceitação têm em mercados externos, há que encarar também, como já foi salientado, a necessidade de expandir consideravelmente imprimindo-lhe organização e nível técnico, a produção fruteira; há que fomentar a criação de gado, mediante a execução de planos cujos esquemas jurídico-administrativos de execução estão a ultimar-se; há que estender a floresta, à custa da cultura cerealífera.

No nosso caso concreto, a ideia de racionalização comporta ainda uma selecção de vocações agrícolas à escala nacional, sobretudo agora que a instituição de um mercado de dimensão correspondente à do espaço nacional desaconselha a introdução de certas culturas — como por exemplo as do algodão e do tabaco — e até afecta a possibilidade de manter outras — como a do milho — que o nosso Ultramar possa produzir em melhores condições. A racionalização da produção implica, a necessária adaptação à nova realidade de que o mundo português constitui um todo económico, dentro de cujas fronteiras teremos de nos mover sem atropelos.

Mas é evidente, também, que o conceito de racionalização da produção comportaria uma referência mais larga que a já feita à instrução profissional do agricultor, ao equipamento das explorações, à comercialização, transformação e armazenagem dos produtos agrícolas e a tudo o mais que pode ter influência — pois é disso fundamentalmente que se trata — na produtividade do trabalho e na reprodutividade dos capitais.

Só que, como se compreenderá, não posso agora ir mais além.

13 — Preços dos Produtos Agrícolas

Aludi, rapidamente, a uma série de formas de actuação, quer no sector da produção, quer no da comercialização dos produtos agrícolas cujo pleno efeito, sem prejuizo de vastos resultados imediatos, só virá a recolher-se no futuro. Mas a lavoura, exactamente porque está em crise, não quer só remédio que, a prazo, lhe cure a doença — pretende também, compreensivelmente, algo que imediatamente lhe alivie as dores.

O empresário agrícola aspira, fundamentalmente, a melhorar o seu rendimento. E, por isso, tudo quanto se afirma em matéria de intensificação e diversificação cultural, de melhoramento e conservação do solo na base de um reordenamento agrário, de equipamento de exploração, de assistência técnica e formação profissional, de racionalização dos circuitos de armazenagem, transformação e distribuição de produtos agrícolas, etc., fala muito moderadamente ao sentimento da lavoura — e de qualquer forma se toca no problema dos preços de que a lavoura crê depender verdadeiramente, em qualquer momento, o volume do rendimento agrícola e, portanto, o seu bem estar.

A verdade, porém, é que o nível do rendimento dos agricultores está ligado, indissolvelmente, a certos pressupostos fundamentais: aumento quantitativo e qualitativo da produção e, portanto, do seu valor; e distribuição deste valor por um número menor de pessoas, o que exigirá a redução da população activa e o correspondente aumento da produtividade do trabalho dos que permanecerem no sector agrícola.

Só que a concretização destes pressupostos exige, como se disse, a inteira execução das medidas de correcção estrutural atrás enunciadas.

É, porém, inegável que o estabelecimento de uma equilibrada política de preços, na base de um razoável apoio à lavoura, pode ter um salutar efeito. Está por isso o Governo empenhado em afinar essa política, aperfeiçoando os sistemas de intervenção e apoio à lavoura para lhe facilitar a colocação dos seus produtos, nas melhores condições possíveis, em mercados internos e exteriores e para lhe garantir a prática efectiva dos preços fixos, dos preços mínimos, ou dos preços de objectivo que a administração pública se afigure viável apoiar.

Igualmente o Governo se propõe promover a revisão de alguns preços fixos de venda ao consumidor em relação aos quais a la-

Através dos seus Serviços Municipalizados de Electricidade e Água, realizou a Câmara em 1961, a obra de electrificação da freguesia de Vila Chã e viu aprovado e participado o projecto para electrificação de Gemeses de Cima. Ficou deste modo todo o concelho electrificado, estando para além das medidas de emergência em curso, muito adiantado o projecto de grande remodelação e ampliação da rede de Apúlia.

Estes os aspectos mais salientes que me parecem de utilidade focar. Antes de passarmos à apreciação dos números, apraz-se registar, ainda, a circunstância feliz de, fruto da nossa acertada administração, tanto as receitas ordinárias como as extraordinárias terem verificado aumento consolador, no total de 141.878\$10.

Posto isto, vamos aos números, sempre fria e serenamente objectivos!

Foi a receita cobrada pela Câmara Municipal em 1961 no montante de 2.239.916\$60, assim discriminada:

Receita ordinária	1.316.518\$10
Consignação de receitas	131.783\$30
Receita extraordinária	791.615\$20

Na receita ordinária estão incluídos 70.967\$60 da derrama de 6% lançada sobre as contribuições directas, para assistência hospitalar nos termos do artigo 22.º do Dec. Lei n.º 39.805, de 4 de Setembro de 1954.

Passamos a indicar, mais desenvolvidamente, a proveniência da receita em 1961:

IMPOSTOS INDIRECTOS

Contribuição predial rústica	149.274\$10
Contribuição predial urbana	31.393\$90
Contribuição industrial — grupo A	5.083\$60
Contribuição industrial — grupo B	16.828\$40
Contribuição industrial — grupo C	49.733\$70
Imposto profissional	1.135\$20
Imposto sobre aplicação de capitais	2.495\$10
Juros de mora	3.176\$00
Imposto de trabalho	143.446\$30
Percentagem sobre o valor de seguros	32.000\$00
Derrama lançada para fins de assistência	70.967\$60
Imposto sobre espectáculos	700\$90

Licenças de Estabelecimentos Comercial ou Industrial

Grupo A	944\$00
Grupo B	7.874\$00
Grupo C	32.157\$00
Licenças a vendedores ambulantes	377\$10
Juros de mora cobrados directamente	3.389\$60

SOMA 550.976\$50

Em 1960 558.568\$00

É ligeiramente inferior — 7.500\$00 — a cobrança dos impostos directos, em relação a 1960, embora alguns tivessem aumentado em razão de um lançamento mais perfeito, como sucedeu com o Imposto de Trabalho.

Esta quebra explica-se pelo facto da derrama lançada em 1960 — 8% ter rendido 84.056\$30, enquanto que a cobrada em 1961 — 6% foi de 70.967\$60.

IMPOSTOS INDIRECTOS

Impostos sobre vinhos	51.566\$00
Impostos sobre carnes	37.747\$20
Impostos sobre outros artigos	84.012\$00
Impostos sobre peixe	14.353\$60
SOMA	187.678\$80
Em 1960	176.668\$10

Verifica-se neste capítulo um aumento de cerca de 11.000\$00, em relação a 1960, resultante do desenvolvimento progressivo da feira.

(Continua no próximo número)

voura tenha algum justo motivo de reparo.

De resto, tal revisão impõe-se sobretudo quando se pretende fomentar imediatamente, através do preço, a produção de determinados géneros. É o que acontece com os preços do leite e da carne no momento em que se considera conveniente fazer acompanhar a realização de um plano de fomento dos adequados estímulos de preço.

Mas porque a lavoura constantemente clama por mais altos preços, algumas considerações me cabe a mim, especialmente, deixar aqui exaradas, esperançado por elas se há-de necessariamente nortear a acção governativa. Assim,

a) É evidente que a participação da lavoura no preço final dum produto depende, fundamentalmente, dos custos de produção, das taxas de armazenagem e transformação e dos encargos de comercialização. Racionalizando a produção, organizando-se para poder armazenar e transformar, sempre que seja caso disso, os seus produtos, ingressando activa e inteligentemente no sector da comercialização, acompanhando o produto se possível até ao consumidor e pelo menos até ao grossista, a lavoura aumentará, de ponto, a margem da sua participação no valor final dos géneros que produz.

(Continua no próximo número)